

GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURRÍCULO ESCOLAR: UMA ABORDAGEM NA SALA DE AULA DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM

Rosemere Barbosa Guimarães

Assistente Social e Professora da Educação Básica na Escola Municipal São Francisco de Assis – SEMED/Parintins/Am. Especialista em Metodologia do Ensino Superior pelo Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Email: r_bguimarães@hotmail.com

Neiva Gomes Teixeira

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, especializanda em Direito e Proteção Social. Email: rosineiva.gomes@gmail.com

RESUMO

Esse artigo apresenta resultados de um Projeto de Intervenção intitulado Gênero e Sexualidade no currículo escolar: uma abordagem na sala de aula de uma escola de Parintins/Am desenvolvido com estudantes do 9º ano. Tem por objetivo discutir para refletir as relações de gênero e sexualidade numa perspectiva da educação em direitos humanos. Foram realizadas rodas de conversa e oficinas com abordagem das temáticas “gênero e sexualidade”, “violência de gênero e sexual”, “educação e cidadania” possibilitando aos estudantes acesso à discussões e informações que os oriente para a sua vida cotidiana com menos discriminação e preconceito. O ensino por projeto favoreceu aos estudantes um olhar crítico e reflexivo sobre gênero e sexualidade na perspectiva dos direitos humanos em que a naturalização e aceitação do ser homem e do ser mulher passa a ser questionada. Consideramos que a abordagem do tema na sala de aula sinaliza que um currículo pós-estruturalista dá vez e voz aos estudantes exprimindo possibilidades para a cultura do respeito e da tolerância e sobretudo, para o exercício de sua cidadania.

Palavras-chave: Gênero e Sexualidade; Currículo Escolar; Educação.

1. INTRODUÇÃO

A tessitura do diálogo estabelecido nesse trabalho parte das experiências vividas em escolas ao longo de minha docência desde a educação infantil ao ensino fundamental. As ações relacionadas às questões de gênero e sexualidade observadas e identificadas no cotidiano escolar e com mais evidência na sala de aula me instigou a pensar ações pedagógicas que contemplasse a educação em direitos humanos oportunizando aos estudantes discutir para refletir o corpo, os gêneros e a sexualidade. Nessa perspectiva compreendemos que essa discussão cria ao mesmo tempo um caminho para explicitar as contradições, naturalização dos papéis e comportamentos definidos para

(83) 3322.3222

contato@fipedbrasil.com.br

www.fipedbrasil.com.br

homens e mulheres, como também para pensar um currículo que problematize a questão das diferenças para consagrar opiniões e posicionamentos político de docentes e estudantes.

Em escolas é muito comum comportamentos de preconceito, discriminação, homofobia e exclusão social, seja por parte dos docentes, das famílias e dos próprios estudantes colaborando com a permanência e continuidade da reprodução da violência entre os sujeitos. Para essa discussão, os estudos culturais e feministas trazem como base as diferenças como enfoque para percebermos o trato distinto entre meninos e meninas que de acordo com Louro (2005, p. 85) “o espectro dessas distinções atravessa as mais variadas dimensões: características físicas, psicológicas, comportamentais, habilidades e aptidões, talentos e capacidades são acionados e nomeados para justificar os lugares sociais, os destinos e as possibilidades “próprios” de cada gênero”. Daí incluir no currículo escolar as questões de gênero (linguagem, sexualidade, corpos, relações de poder etc.) numa perspectiva interdisciplinar e sócio-histórica possibilita dar vez e voz aos estudantes com as suas diferenças.

Dessa forma, desconfigura que as questões da sexualidade e de gênero como assuntos privados lançando um olhar para a sua dimensão social e política. A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais (LOURO, 2005, p. 18), daí segundo Carvalho (2000, p. 25) “[...]. Para superar as desigualdades nas relações de gênero, é fundamental a desmistificação dos papéis sociais tradicionalmente estereotipados em masculinos e femininos, para que outras subjetividades possam fluir [...]” e os(as) professores(as) devem ter ciência do seu papel nesse processo.

Para tanto, para assegurar o direito de acesso à informações e orientações sobre temas pertinentes à formação das pessoas são criados documentos que almejam um novo trato às relações de meninos e meninas, meninos e meninos, meninas e meninas com propostas de ações educativas no ensino obrigatório na perspectiva de promover o debate para o direito ao exercício da cidadania no espaço escolar. Nessa perspectiva, a Constituição Federal (1998) preconiza que “homens e mulheres são todos iguais perante a Lei”. Embora a escola escolha trabalhar com ele ou não os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1993) traz uma proposta de trabalhar a transversalidade para a interdisciplinaridade em que a conexão entre as disciplinas interaja a favor de uma aprendizagem para o mercado de trabalho e sobretudo, para uma vida cidadã. Daí temas sobre Ética, Saúde, Meio

Ambiente, Orientação Sexual e Pluralidade Cultural demandam atenção nas disciplinas tradicionais (História, Ciências, Geografia, Educação Física, Ensino das Artes e outras) e a sua interface com a Educação em Direitos Humanos.

O Programa Saúde na Escola (PSE, 2010) tem como finalidade trazer para o debate crianças, adolescentes e jovens para refletir a partir da dimensão biológica as relações sociais que constitui as suas identidades de gênero e sexual. Nesse sentido, implica nas questões de saúde, de gênero numa perspectiva do bem-estar físico, social, afetivo e emocional. A Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (PNDHCA, 2003) preconiza que as crianças e adolescentes têm direito à informações e orientações que os encaminhe para uma vida saudável em que o exercício da cidadania constitua a cultura do respeito e da tolerância. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1989) no artigo Art. 15 estabelece que a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição Federal. Assim, podemos perceber que os temas em discussão devem adentrar no cotidiano escolar e na formação dos profissionais da educação. Para (VIANNA; UNBEHAUM, 2006, p. 409) “questões como estas mostram que houve avanços, ainda que tímidos, mas que se constituem em terreno fértil para mudanças mais efetivas, não restritas unicamente à garantia de acesso igual a meninos e meninas”, mas sobretudo, que a permanência de ir e vir desses sujeitos seja uma escolha sua, não uma imposição.

Para tanto, pensar o currículo como ferramenta imprescindível na construção de identidades nos remete a práticas educativa que favoreça uma educação para a vida pessoal e profissional dos estudantes. De acordo com Carvalho (2000, p. 83) “[...] O currículo difundido na educação escolar contribui para uma construção social e corporal dos sujeitos em que a transmissão de valores, conhecimentos e habilidades, combinada com a internalização de gestos, posturas e comportamentos, determina a distinção e a posição ocupada por cada sexo[...]”. No entanto, nos indagamos: qual é o desenho dos estudantes nesse currículo? Será que esse currículo percebe as diferenças desses sujeitos? Que modelo de currículo adotamos para a construção de identidades dos estudantes? Qual nosso olhar para as identidades de gênero e sexual na escola como direito humano? Na contemporaneidade, os grupos sociais se articulam, as pessoas se identificam como fazendo parte de grupos que querem ter voz, vez e representação. E a escola como vê esses grupos? E os estudantes como se vêm nesse processo? A partir de um currículo arcaico que não

corresponde mais às necessidades e demandas dos grupos, dos estudantes que acenam para a equidade em que a justiça alcance a todos?

Diante disso, almejamos um currículo que ultrapasse a postura arbitrária e misógina da escola e avance na perspectiva de uma educação inclusiva em que a abordagem de temas transversais, que permeiam as vivências dos estudantes na contemporaneidade, que fale da história, que lance um olhar para os sujeitos e perceba as suas diferenças, as múltiplas identidades que os constitui para contribuir de forma significativa no processo de seu desenvolvimento. “Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação constituem-se em espaços da construção das diferenças de gênero, de sexualidade, de etnia, de classe” (LOURO, 2005, p.88) em que a formação docente implica um olhar despido de preconceito e discriminação avançando para a construção de cidadãos na dimensão dos direitos humanos e inclusão social.

Entendemos o currículo como uma política cultural que tem como objetivo não só transmitir o conhecimento formal, mas também construir sentidos, valores sociais e culturais que interferem de forma significativa na constituição do sujeito (c.f. SILVA, 2003). E a escola deve estar atenta e preparada para assegurar o desenvolvimento das potencialidades e habilidades dos estudantes. Para essas reflexões nos debruçamos nos estudos de autores que discutem sobre os temas (FOUCAULT, 2007; LOURO, 1997, 2005; BRAGA, 2012) e que ancorado nas discussões sobre currículo que constitui as identidades dos sujeitos (CARVALHO, 1999; SILVA, 2003; TONET, 2006; VIANNA E UNBEHAUM, 2006) favoreceu experiências de aprendizagens significativas na realização desse projeto.

Durante a realização das atividades propostas foi possível observarmos o interesse, as dúvidas e as curiosidades dos estudantes sobretudo, o posicionamento destes durante as discussões em que se verifica que o espaço escolar é fértil para construir congrega valores ético, morais e políticos desde que, as práticas e ações educativas se entrelacem à realidade dos estudantes. Consideramos essa abordagem significativa em que contempla uma educação não só para o mercado, para as provas de avaliação de conteúdo, mas sobretudo, para a vida cotidiana dessa população como direito humano.

2. Gênero e Sexualidade no currículo escolar: uma abordagem necessária

A realidade de um modo geral apresenta aos nossos olhos identidades diversas, com novas configurações e também com formas de exploração, de exclusão, de discriminação e de dominação das pessoas. No âmbito escolar demanda um

posicionamento de toda a equipe escolar para que a escola possa assumir-se com a finalidade de investir em ações e práticas que ultrapasse um currículo que invisibiliza os estudantes com os seus jeitos de ser, pensar e fazer.

Pois, é evidente que a escola ainda seja uma instituição capaz de minimizar os efeitos da desigualdade social em que as interfaces da educação com a saúde, meio ambiente, gênero, sexualidade retomam as necessidades educacionais para que os valores e o compromisso na formação de crianças e adolescentes possam ser ressignificado na perspectiva definidora da escola e de seus fins. No entanto, é desejável que os docentes desenvolvam um conjunto de estratégias de combate à discriminação, preconceito no campo das relações de gênero, da sexualidade, dos corpos na insistência de romper com estereótipos e ofereça aos estudantes a possibilidade de viver experiências favoráveis à equidade de gênero e de sexualidade em que a participação destes nas atividades escolares seja permeada pelo respeito e pela tolerância.

Para atender aos objetivos de ações educativas requer que a escola atual invista num currículo que promova reflexões e discussões entre gestor(a), técnicos(as), professores(as), equipe pedagógica, pais e responsáveis, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica do desenvolvimento global dos(das) estudantes considerando os princípios ético, político e morais de cada um dos envolvidos e respeitando os direitos humanos conforme sugere Carvalho (2000) que,

Para fortalecer as lutas em favor de uma escola mais democrática é necessária a construção de um currículo multicultural que exige também um contexto democrático de decisões sobre os conteúdos do ensino, e no qual os interesses de todos sejam representados (CARVALHO, 2000, p. 24).

O autor chama a atenção para a importância de um currículo que proponha ações educativas que atenda as especificidades dos estudantes considerando que toda a equipe escolar esteja envolvida nesse processo. A educação para a cidadania e promoção da igualdade, a cultura para valorização da diversidade e convivência com as diferenças, a implementação de ações de comunicação que valorize a construção de um imaginário positivo de mulheres negras, indígenas, lésbicas, homossexuais são mecanismos urgentes no enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia (Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, 2013) porque são elas quem mais sofrem.

No entanto, evidenciamos que quase sempre as práticas culturais na escola sobretudo, no tratamento diferenciado para meninos e meninas tem exposto questões de gênero e a sexualidade dessa população silenciada o que acaba

fortalecendo o preconceito, a discriminação e anulando os fins que a escola tem como espaço de transformação social.

Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas (LOURO, 2008, p. 57).

Em linhas gerais, consideramos que as transformações que as sociedades contemporâneas estão vivendo exige dos profissionais da educação novos tipos de comportamentos, valores, gestos, atitudes e padrões e a escola deve estar atenta a isto, para redirecionar, flexibilizar e democratizar suas práticas educativas para que os/as estudantes sejam preparados(as) para viver em um mundo em constantes mudanças e, estejam conscientes e atentos(as), para lutar contra todos os tipos de preconceitos e de desigualdades como forma de garantir as condições favoráveis para o desenvolvimento de suas potencialidades, aspirações e projetos de vida.

Os projetos educacionais da sociedade capitalista tende a minimizar as tensões e os conflitos com as suas ideologias traçadas num currículo tradicional e arcaico seja nas relações de gênero, de classe, raça/etnia no espaço escolar mas, é necessário que toda a comunidade escolar queira enxergar e a sua reprodução que permeia esse processo para que a de forma pensada e organizada a equipe escolar se envolva para um novo trato às questões de gênero e sexualidade, das subjetividades e identidades diversas dos/das estudantes na perspectiva de democratizar o ensino e a aprendizagem favorecendo oportunidades iguais tanto para os meninos e as meninas Portanto, uma tarefa nova e desafiadora se inclui na reinvenção que a escola está a exigir.

Diante disso, a escola deve dialogar com os estudantes sobre os diferentes preconceitos, crenças, comportamentos e atitudes existentes na sociedade buscando refletir as influencias na reprodução da violência no espaço escolar como também as possíveis mudanças no trato às diferenças entre os sujeitos (gênero, sexualidade, corpos, identidades). Discutir a forma como a mídia, a família e a sociedade pensa sobre essas questões, na tentativa de preencher lacunas nas informações que as estudantes já possuem e, principalmente, criar a possibilidade de formar opiniões a respeito do que lhe é ou foi apresentado, do dito e do não dito.

3. Educação em Direitos Humanos: um diálogo com adolescentes na sala de aula sobre gênero e sexualidade

A inclusão de uma perspectiva de gênero nas políticas públicas de educação possibilita que crianças, adolescentes e jovens participem de discussões e reflexões pertinentes às suas identidades de gênero e sexual promovendo uma relação com menos desigualdade social entre homens e mulheres. No entanto, mesmo com documentos oficiais, propostas educativas em programas, projetos como por exemplo Escola sem Homofobia, cujo objetivo se sustenta no alinhamento ao Programa Brasil sem Homofobia, divulgado pelo Ministério da Educação - MEC em 2004 que por questões políticas partidária atrelado à uma justificativa de cunho religioso, em 2011 ocorreu a suspensão da distribuição e o engavetamento do Projeto Escola Sem Homofobia pelo Governo Federal, ainda percebemos, resistência, omissão por profissionais da educação que, silencia essa discussão seja por fatores religiosos, culturais e/ou por falta de conhecimento do assunto.

Foi observando os estudantes no dia-a-dia na escola que senti a necessidade dessa abordagem. A sexualidade desses estudantes reivindica atenção para promover a cultura do respeito e da tolerância em que a importância e a pertinência em abordar gênero e sexualidade na sala de aula contribui de forma significativa para promover um diálogo entre docentes e estudantes numa perspectiva dos direitos humanos sinalizando críticas ao currículo tradicional que ganha força por deixar de fora os temas em questões o que influencia na permanência e continuidade da desigualdade social, do preconceito, da discriminação e da exclusão social. A visão misógina e preconceituosa às questões de gênero e sexualidade no espaço escolar acaba por reproduzir as ideologias da classe dominante em que o currículo oculto silencia aqueles que se mostram diferentes ao seu modelo e exalta os que o reproduz.

A escola e o currículo estão longe de ser meros reflexos das condições sociais. A partir de múltiplas práticas cotidianas banais, a partir de gestos e expressões pouco perceptíveis, pelo silêncio, pelo ocultamento ou pela fala, constroem-se, no espaço propriamente escolar, lugares e destinos sociais. Talvez essa dinâmica nos escape, tal a “naturalização” de que esses processos estão revestidos. Talvez sejam muito sutis os jogos de poder que tecem os currículos, os programas, as normas ou as avaliações escolares (LOURO, 2005, p. 91-92).

Diante disso, os profissionais da educação devem estar atentos para decifrar a realidade e intervir nela com práticas e ações propositivas que atendam as demandas e necessidades dos(as) estudantes no processo de formação e

construção de suas identidades de gênero e sexual. Decerto que, os estudos de gênero e sexualidade e a sua importância continua sendo desafiador para os profissionais da educação, sobretudo, dentro das escolas, pois alguns não querem falar sobre este assunto com os estudantes e, outros, ao falar sobre o tema, repassam preconceitos da própria educação que receberam, mas é emergente que a efetivação das políticas públicas implementadas estejam explicitadas no currículo escolar. Para Braga (2012, p. 211), as instituições educativas como um todo demonstram dificuldades em trabalharem o tema gênero e sexualidade, por isso a autora defende uma “proposta de educação sexual adequada, consciente e emancipadora”, para que a comunidade educativa possa se tornar capaz de discutir outros temas transversais. Braga entende comunidade educativa “como pais/mães, professores/as, direção, equipe pedagógica, administrativa e funcionários/as” (2012, p. 212), sendo essas pessoas presentes no cotidiano educativo e responsáveis por um diálogo que oriente as crianças, os adolescentes e os jovens para a promoção de uma vida com menos desigualdade social.

É nesse contexto que o projeto Gênero e Sexualidade no currículo escolar: uma abordagem na sala de aula de uma escola de Parintins/Am vem proporcionar uma discussão para refletirmos questões de gênero e de sexualidade com estudantes do 9º ano. Para tanto, nos propomos pensar que o gênero e a sexualidade são uma construção histórica, social e cultural e que institui as identidades dos sujeitos, o que quer dizer que ultrapassa a dimensão biológica dos corpos.

De fato, os sujeitos são, ao mesmo tempo, homens e mulheres, de determinada etnia, classe, sexualidade, nacionalidade; são participantes ou não de uma determinada confissão religiosa ou de um partido político...Essas múltiplas identidades não podem, no entanto, ser percebidas como se fossem “camadas” que se sobrepõem umas as outras, como se o sujeito fosse se fazendo “somando-as” ou agregando-as. Em vez disso é preciso notar que elas se interferem mutuamente, se articulam; podem ser contraditórias; provocam, enfim, diferentes “posições”. Essas distintas posições podem se mostrar conflitantes até mesmo para os próprios sujeitos, fazendo-os oscilar, deslizar entre elas --- perceber-se de distintos modos”. (LOURO, 1997, p. 51).

As práticas e ações educativas nessa perspectiva requer que as questões de gênero e sexualidade sejam incluídas no currículo escolar e na formação de professores em que possa interferir nas práticas cotidianas da escola e da sala de aula para a persistência de justiça e valores. Para essa intenção nos apoiamos nos estudos de Michel Foucault (2007) para refletirmos sexualidade numa perspectiva de problematizá-la, resignificá-la e compreendê-la para além do aspecto biológico. Nesse sentido o autor coloca que não devemos conceber a sexualidade como:

[...] uma espécie de dado da natureza, que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas a grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 2007, p. 100).

Esse ponto de vista coaduna com um posicionamento de práticas e ações educativas em um currículo que insere a abordagem de sexualidade como um tema transversal, instituído nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (BRASIL/SEF, 1998). A formação de professores e o currículo escolar enseja o alargamento e o aprofundamento do debate em termos críticos e inovadores que ultrapasse a preocupação de combate à Aids e DSTs que segundo as observações Guacira Lopes Louro (2008, p. 36) [...] as condições que possibilitaram a ampliação da discussão sobre a sexualidade também tiveram o efeito de aproximá-la das ideias de risco e ameaça, colocando em segundo plano sua associação ao prazer e à vida. Nessa perspectiva, não podemos negar os avanços nos debates dessas questões em fóruns, seminários, conferências, movimentos sociais de mulheres, mas na escola ainda é muito tímido ou inexistente, o que também justifica a iniciativa desse projeto.

3.1. Construindo caminhos para o respeito e a tolerância

As (os) adolescentes do 9º ano da Escola Municipal São Francisco de Assis têm faixa etária entre 14 a 15 anos de idade, sendo 11 (onze) do sexo masculino e 8 (oito) do sexo feminino. Através da análise de uma atividade de recorte e colagem foi possível identificar que a maioria desses adolescentes convivem com pai e mãe, caracterizando um modelo de família nuclear. Constatamos ainda que os estudantes assumem suas sexualidades de diversas formas: 3 (dois) bissexual, 2 (dois) homossexual e 14 (quinze) heterossexual. A religião predominante é a católica.

O projeto foi apresentado aos estudantes em roda de conversa em que buscamos aproximá-los aos termos gênero e sexualidade e como são conceituados numa perspectiva de refletirem as desigualdades nas relações entre homens e mulheres a partir do sexo, como as representações e simbologias dos corpos homogeneizam o masculino e o feminino. Assim, para ter clareza dessas desigualdades concordamos com Louro (2008, p. 22) ao dizer que a diferença não é natural, mas sim naturalizada. A diferença é produzida através de processos discursivos e culturais. A diferença é ensinada”. Logo, é possível reaprender, desconstruir

para reconstruir de novo. Continua a autora que,

Aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura, através dos discursos repetidos da mídia, da igreja, da ciência e das leis e também, contemporaneamente, através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos. As muitas formas de experimentar prazeres e desejos, de dar e de receber afeto, de amar e de ser amada/o são ensaiadas e ensinadas na cultura, são diferentes de uma cultura para outra, de uma época ou de uma geração para outra (LOURO, 2008, 22-23).

Ou seja, tanto o gênero como sexualidade são uma construção histórica em que varia em tempo e espaço. A categoria gênero é uma conquista histórica em que o movimento feminista tem grande influência para as discussões em fóruns, seminários, academias, movimentos e outros espaços buscando compreender as “diferenças” existentes entre os homens e as mulheres a partir do sexo, como também a naturalização das desigualdades entre estes. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, 1997, p. 22).

Sobre sexualidade, Foucault (1993) afirma que é um “dispositivo histórico” em que se constitui de múltiplas formas e discursos em determinada sociedade. Desse modo, esse *dispositivo* constitui a abrangência do nosso olhar sobre como se dá a construção e reconstrução das identidades dos sujeitos, que de forma provisória é encantadora e depois rejeitada, mas, que busca estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência.

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (...) o dito e o não-dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1993, p.244).

A partir do que diz o autor os estudantes manifestaram uma compreensão sobre sexualidade em que dispensaram comentários significativos sobre suas experiências contribuindo para as discussões no decorrer das atividades realizadas que se inicia com a primeira oficina “**Gênero e Sexualidade**” onde foi proposto o desenho de uma árvore denominada “Árvore dos Gêneros”. No tronco da árvore foram expostas as instituições (família, igreja, escola, Estado) em que ocorrem as relações entre os sujeitos, na raiz de um lado o que os grupos definiriam como sendo papéis de

homens e de mulheres e nos frutos os resultados (violência simbólica, inferioridade, passividade, meiga, frágil, cuidadora e outros) dessas relações de modo que refletissem que como a sexualidade é uma construção.

Durante as discussões podemos observar uma divisão de opiniões, de ideias entre os grupos de meninos e meninas, meninos e meninos e meninas e meninas em que ambos expressavam as suas vivências, refletiam a reprodução da educação de casa que passa de geração a geração – preconceito, discriminação, machismo – naturalizando lugares e papéis, comportamentos, jeitos de ser e fazer fixados para homens e mulheres. Contudo, quando foram questionadas(os) pela professora sobre esse molde como “verdadeiro”, as(os) mesmas(os) foram levadas(os) a refletir sobre as desigualdades que permeiam as relações sociais, os padrões impostos pela sociedade e a realidade de cada uma (um).

A partir dessa discussão, consideramos necessária a inclusão dos temas na formação dos(as) profissionais de educação como caminho para a construção de um currículo que abarque temas transversais numa perspectiva interdisciplinar na garantia da liberdade de orientação e expressão sexual como um direito fundamental da pessoa humana.

Assim, ao se promover a transformação da educação nacional, rumo a uma educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-lesbofóbica e não-homofóbica, está-se formando e transformando pessoas, criando uma sociedade mais justa, em que os direitos humanos de todas e todos sejam de fato respeitados. Transformar as percepções e sensibilidades dos/as profissionais da educação básica é atuar para a mudança de padrões de comportamento e de valores de crianças, jovens e adultos(as). (BRASIL, 2008, p. 53).

Portanto, consideramos que essa abordagem sinaliza um olhar múltiplo para as diferenças e para uma educação inclusiva em que a construção e desenvolvimento de práticas educativas constitui as diversas identidades dos estudantes favorecendo o reconhecimento de si como sujeitos pertencentes ao seu grupo ou comunidade. Durante as discussões foi possível verificar que a participação desses estudantes assinala a sensação de sentirem-se incluídos no processo de ensino e aprendizagem em que a escola se auto afirma como espaço de transformação social e política nos limiares da contemporaneidade. Foi um momento interessante e significativo em que pudemos ouvi-los para tirar suas dúvidas e curiosidades, e refletir o sentimento sexista/machista que envolve os sujeitos possibilitando que mudanças possa ocorrer nos seus modos de pensar, de agir e tratar as pessoas com as suas identidades de gênero e sexual.

No segundo momento realizamos a oficina “**Violência de gênero e sexual**” a partir de letras de músicas e das vivências dos estudantes. Foram

formados quatro grupos em que cada um recebeu uma música. As músicas analisadas foram “Homem com H” (Ney Matogrosso), “Masculino e Feminino” (Pepeu Gomes), “Mulheres de Atena” (Chico Buarque) e “Amélia que era mulher de verdade” (Roberto Carlos). Aqui analisamos as percepções dos estudantes em que percebemos que em alguns meninos é muito presente a questão do machismo e do sentimento de superioridade em que zombam e riem como se fosse normal usar termos pejorativos ou insinuar que a mulher é como um instrumento sexual, prostituta, safada etc. As músicas evidenciam a imagem da mulher a partir do seu corpo desconsiderando as relações sociais que constitui suas identidades. Vista com aquela mulher sensível, passiva, dócil, boazinha, fogaosa, de fácil acesso sexual retrata as mulheres da Amazônia pensada pelos colonizadores e que continua a ser naturalizada pelos estudantes tal qual como ocorre onde convivem.

Note-se, que tanto as relações de gênero como as sexualidades são pensadas pelos estudantes como algo natural logo, pronta e acabada. Esse entendimento configura a permanência e continuidade da violência simbólica e as desigualdades no espaço escolar o que implica uma abordagem não em um currículo “turístico”, mas num currículo permeado pelo cotidiano escolar. Sobre essa questão Louro (1997, p.19) pensa que “meninos e meninas aprendem, também desde muito cedo, piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigirem àqueles e àqueles que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade admitidos na cultura em que vivem” o que clama que a escola se posicione frente às questões de gênero – assumindo seu papel fundamental na construção de uma sociedade com menos desigualdade social.

Desenvolver o sentimento de pertencimento nos estudantes constitui forma primeira de promover o exercício do seu papel político e de cidadania e a abordagem dos temas contemplados nesse projeto deve ser contínua, sistemática, corajosa, honesta e politicamente interessada com a crítica dos modelos postos de desigualdades sexual, de gênero, de etnia/raça, de geração de classe, de religião, entre outros, e que, somente com um currículo crítico e reflexivo, que enxergue as especificidades dos sujeitos alcançaremos relações com menos desigualdade e justiça social no espaço escolar.

Por fim, encerramos o projeto com uma roda de conversa sobre **“Educação e Cidadania”** promovendo reflexões sobre direitos de aprendizagem elaborados e implementados nas políticas educacionais já mencionadas sinalizando possibilidades de abordagem de temas transversais numa perspectiva de uma educação em direito e humanos e inclusiva. Nos propomos ainda, prosseguir com outras turmas

para favorecer a ampliação da discussão e reflexão dos temas no espaço escolar.

4. CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS

O ensino por projeto na escola surge como uma metodologia privilegiada para se trabalhar numa perspectiva interdisciplinar e contextualizada. Nesse sentido, o desenvolvimento do projeto “Gênero e Sexualidade no currículo escolar: uma abordagem na sala de aula em uma escola do município de Parintins/Am” sinaliza um currículo que desoculta sujeitos marcados pela diferenciação e pela hierarquia.

Dessa forma, podemos afirmar que, quanto mais se falar sobre o tema mais conhecimentos vamos adquirir, podendo assim fazer um trabalho consciente, sistematizado e sem preconceitos dentro das instituições escolares. Isso foi o que buscamos nesse projeto em que está se mostrando disposto a engajar nessa discussão os estudantes do 9º ano oportunizando a socialização e compartilhamento de experiências em que promove reflexões significativas entre a turma para que possam saber, saber fazer, saber ser diante das suas descobertas referentes ao seu corpo e sua sexualidade, as relações constituídas e a desnaturalização do ser homem e do ser mulher.

Assim, a realização desse projeto nos permite um olhar para o cotidiano da escola numa perspectiva de uma educação em direitos humanos e inclusiva e num esforço vem promover a sala de aula como um lugar atrativo de construção e compartilhamento de conhecimentos e vivências.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Eliane Rose Maio. Gênero, Sexualidade e Educação: questões pertinentes a Pedagogia. *In*: CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. FAUSTINO, Rosangela Célia. (Org.) **Educação e Diversidade Cultural**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2012. p. 209-222.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Pluralidade Cultural**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação; Ministério da Saúde. **Adolescentes e jovens para a educação entre pares: sexualidades e saúde reprodutiva**. Brasília, 2011.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília. 2007.

CARVALHO, Marília Pinto de. Um olhar de gênero sobre as políticas educacionais. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam; AUAD, Daniela; CARVALHO, Marília (Orgs.). **Gênero e educação**. São Paulo: SOF, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade do saber. 19.ed. São Paulo: Graal, 2007.

LOURO, Guacira. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estrutura-lista. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: COSTA, Marisa Vorraber et.al (org.). **O currículo nos limiars do contemporâneo**. 3ª edição. Rio de Janeiro, 2005, p. 85-92.

_____. _____. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TONET, Ivo. Educação e Formação Humana. **Ideação Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**. Foz do Iguaçu, v. 8, nº9, 2º semestre de 2006, p. 9-21.

VIANNA, Claudia, UNBEHAUM Sandra. **Gênero na Educação Básica**: quem se importa? Uma análise de documento de Políticas Públicas no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago. 2006. Disponível em << <http://www.cedes.unicamp.br>>>.